

Ordem dos Arquitectos propõe mercado, oficinas, pavilhão multiusos e empreendimento turístico para dar nova vida à antiga Fábrica do Álcool da Lagoa

A Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e a Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos apresentaram na Quarta-feira, em Lagoa, uma proposta orientada para intervenção e requalificação da Fábrica do Álcool, resultado de um processo de planeamento participado, desenvolvido com o envolvimento da comunidade e de diversas entidades técnicas e científicas.

Durante a sessão, o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, destacou o envolvimento da comunidade, da comissão técnica e demais especialistas e investigadores.

“As minhas primeiras palavras são de agradecimentos profundos pela forma comprometida e profissional como este processo se desenvolveu”, afirmou.

A proposta apresentada incorpora contribuições recolhidas em visitas, debates públicos e momentos de auscultação, bem como os trabalhos da Comissão que acompanharam todo o processo.

Duarte Freitas realçou que o documento “acomoda as principais preocupações e objectivos expressos, preservando a memória, reforçando a identidade e projectando a refuncionalidade do espaço”.

E sublinhou: “A Fábrica do Álcool foi e é um marco icónico e será agora tudo aquilo que queremos que seja”.

Com esta etapa concluída, o Governo Regional avançará para os trabalhos preparatórios de um procedimento concursal que integrará a conceção, construção e concessão do novo complexo.

“Este será um procedimento ambicioso e pioneiro na Região”, afirmou Duarte Freitas, garantindo que o objectivo é criar “um espaço renovador, vivo, útil e uma alavanca de desenvolvimento para a Lagoa, para São Miguel e para a Região”.

Câmara da Lagoa e Governo Regional em consenso sobre a Fábrica do Álcool

O presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Frederico Sousa, saudou a solução, considerando-a resultado de “boa articulação e concertação institucional” e um passo decisivo para um projeto “estruturante” e há muito aguardado, defendendo que estão reunidas condições para lançar ainda este ano os procedimentos de contratação pública. O autarca associa esta perspectiva à intenção municipal de avançar com a requalificação da frente marítima da cidade, dependente da aprovação de uma candidatura a fundos do Portugal 2030.

O relatório define como base de utilização futura da antiga fábrica a integração de uma componente museológica para preservar a memória histórica e o património industrial, áreas de co-work e incubação de pequenas empresas, e uma sala multiusos para exposições, concertos, reuniões e outros eventos. Está também prevista a instala-



ção de uma unidade hoteleira com classificação superior a quatro estrelas, além de espaços de restauração e cafetaria. Entre as recomendações técnicas apresentadas, é apontada a necessidade de trabalhos de conservação do património edificado, incluindo intervenção urgente nas coberturas dos edifícios classificados, limpezas e consolidação de elementos estruturais e componentes construtivas.

Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos apresentou proposta orientada para a intervenção e requalificação da Fábrica do Álcool

A antiga Fábrica do Álcool, na Lagoa, poderá ser reconvertida num polo de dinamização social, cultural e económica que combine usos comunitários, oferta turística e valorização do património industrial. Essa é a orientação defendida pela Ordem dos Arquitectos - Secção Regional dos Açores, num relatório que define um programa funcional e condicionantes de intervenção para salvaguardar a “memória identitária”, a integridade e a autenticidade do conjunto, procurando simultaneamente assegurar viabilidade e atractividade para investimento.

O documento organiza a proposta em sete valências: Mercado da Fábrica; oficinas criativas e espaços de coworking; restauração e cafetaria; comércio e serviços; espaço ou pavilhão multiusos; empreendimento turístico; e espaços verdes e de lazer.

Para evitar a predominância de uma única função, estabelece áreas mínimas

para várias componentes: 500 metros quadrados para o mercado; 400 metros quadrados para oficinas e coworking; 500 metros quadrados para restauração/cafetaria; 600 metros quadrados para comércio e serviços; e 500 metros quadrados para o pavilhão multiusos e fixa uma área máxima de 3.200 metros quadrados para o empreendimento turístico.

No Mercado da Fábrica, pensado para pequenos produtores, artesãos e empreendedores locais, a Ordem dos Arquitectos aponta uma oferta diversificada: produtos alimentares como queijos, doçaria, compotas, enchidos, mel, frutas, vinhos, licores e cafés, além de artesanato (bordados, cerâmica, madeira e cestaria), moda regional, cosméticos naturais e produção agroecológica ou orgânica.

As oficinas criativas são descritas como espaços de aprendizagem prática e produção, individual e colectiva, orientados para inclusão sociocultural e empreendedorismo criativo.

O relatório lista possibilidades como artes (pintura, desenho, teatro, dança, música e escrita criativa), artesanato e saberes tradicionais (cerâmica, bordado, cestaria, biojoias, brinquedos populares e instrumentos artesanais), sustentabilidade e inovação (hortas urbanas, reaproveitamento de alimentos, cosméticos naturais ou sabão artesanal) e criatividade digital (design gráfico, conteúdos para redes sociais e produção audiovisual, incluindo vídeo e podcast).

Em paralelo, os espaços de coworking destinam-se a profissionais independentes, freelancers, startups e pequenas empresas, com infraestrutura comum,

mesas de trabalho, sala(s) de reunião, internet e impressoras, entre outros recursos partilhados e devem articular-se com as oficinas para potenciar comunidade, networking e eventos internos.

A restauração e cafetaria é encarada como peça-chave para a sustentabilidade do futuro complexo e para o apoio às restantes valências, com aposta em produtos regionais e possibilidade de esplanadas exteriores com estruturas amovíveis ou leves, criando zonas de permanência “aprazíveis e de qualidade”.

No pavilhão multiusos, a proposta detalha requisitos técnicos: um espaço amplo e flexível, apto para exposições, conferências e prática desportiva, com capacidade de adaptação a diferentes eventos e dotado de soluções de som, iluminação, ventilação e acessibilidade. Prevê, ainda, áreas de apoio como zona de preparação e empratamento de alimentos, instalações sanitárias, arrumos para material de limpeza e arrecadação/armazém de apoio.

O empreendimento turístico é admitido como factor de valorização económica, mas condicionado a um produto diferenciado, ancorado na preservação do património industrial e em experiências autênticas, com utilização de materiais regionais e orientação para segmentos como turismo de natureza, turismo rural, ecoturismo, bem-estar, gastronomia e enoturismo.

Nos exteriores, o relatório propõe espaços verdes e de lazer ajardinados, destinados ao uso e ao lazer público e à promoção de bem-estar e convívio, reforçando a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida.

A salvaguarda patrimonial é um eixo central, com referência a elementos como chaminé, silos, armazém de materiais, depósito de enriquecimento de álcool e granel, cais e depósitos de álcool (seis tanques), bem como o poço de maré e respetivos acessos.

Em vez de um museu isolado, defende-se uma memória “disseminada, mas constante”, incluindo a criação de uma linha cronológica da história da fábrica (indicada com 139 anos) “gravada” no solo, acompanhada por um Código de Resposta Rápida (QR Code) e distribuída pelos espaços exteriores, como percurso pedonal interpretativo.

Entre as condicionantes urbanas e operacionais constam a demolição total ou parcial de muros para garantir livre acesso, eventual requalificação do troço da rua da Fábrica a sul para responder a necessidades de estacionamento, prioridade a espaços verdes e sombra em detrimento da circulação automóvel e limitação de trânsito no interior, excepto para emergência, segurança e cargas e descargas, além de iluminação cénica para destacar o património industrial.

O relatório analisa também modelos concursais e recomenda um procedimento de concessão que inclua financiamento, conceção, projeto, construção/reabilitação, conservação e exploração, com avaliação explícita da qualidade arquitectónica e urbanística em fase de concurso.